



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640282 - SP (2021/0014427-4)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : DANIEL ROBERTO DE SOUZA  
**ADVOGADO** : DANIEL ROBERTO DE SOUZA - SP289297  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANA CAROLINA CAMARGO SORBO (PRESO)  
**CORRÉU** : JONATAS RAFAEL BAGATIM PEREIRA  
**CORRÉU** : JOAO PAULO DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANA CAROLINA CAMARGO SORBO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500144-60.2019.8.26.0574).

A paciente foi condenada às penas de 5 anos, 2 meses e 15 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, e de 520 dias-multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a inidoneidade dos motivos apresentados pelo Tribunal de origem para manter afastada a aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, acrescentando que apenas a quantidade da droga apreendida não é indicativo da dedicação da paciente para a atividade ilícita.

Defende que o reconhecimento do tráfico privilegiado deve acarretar o abrandamento do regime prisional inicial e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Requer, liminarmente, a aplicação do redutor referente ao tráfico privilegiado, com a modificação da pena privativa de liberdade, do regime prisional inicial e a substituição por reprimendas restritivas de direitos. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se confirme a medida liminar.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “*por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório*” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência